

LEI COMPLEMENTAR Nº 13.452, DE 26 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul, disciplina o regime jurídico dos cargos da carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

TÍTULO I  
DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º A Receita Estadual, instituição de caráter permanente vinculada ao interesse público como atividade essencial ao funcionamento do Estado, organizada sob a forma de sistema, obedecerá ao regime jurídico especial estabelecido por esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. A Receita Estadual, órgão de execução subordinado à Secretaria da Fazenda, é responsável pela administração tributária estadual.

Art. 2.º São funções institucionais da Receita Estadual:  
I - gerir, administrar, planejar, normatizar e executar as atividades de fiscalização e de imposição tributária;  
II - gerir, administrar, planejar, normatizar e executar a arrecadação das receitas públicas estaduais;  
III - gerir, administrar, planejar, normatizar e executar a cobrança administrativa dos créditos tributários e não-tributários, inclusive a inscrição como dívida ativa;  
IV - expedir, quando for sua atribuição, ou propor a expedição de atos normativos e, ainda, elaborar e propor anteprojetos de lei e regulamentos que versem sobre as matérias de sua competência;  
V - preparar e julgar os processos administrativo-tributários, em primeira instância, de contencioso fiscal, inclusive nos casos de pedidos de reconhecimento de imunidade, de não-incidência e de isenção;  
VI - prestar assessoramento na formulação da política econômico-tributária, inclusive em relação a benefícios fiscais e incentivos financeiros e fiscais oriundos de fundos de desenvolvimento setorial, com base em estudos e análises de natureza econômico-fiscal;  
VII - decidir sobre o cancelamento ou qualquer outra forma de extinção de crédito tributário e não-tributário, conforme estabelece a legislação própria;  
VIII - gerir, administrar, planejar, normatizar e operar os sistemas e a tecnologia de informação, na área de sua competência;  
IX - dar solução a consultas relativas a matéria tributária;  
X - supervisionar, planejar e coordenar programas de promoção e de educação tributárias, podendo, inclusive, propor parcerias com outras entidades da administração pública e da sociedade civil;  
XI - divulgar a legislação tributária e orientar os contribuintes;  
XII - representar a Secretaria da Fazenda junto à Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE;  
XIII - exercer o acompanhamento e o controle das transferências intergovernamentais, no âmbito de sua competência;  
XIV - participar de órgãos colegiados de coordenação tributária de abrangência regional, nacional ou internacional, ressalvados os de competência exclusiva do Secretário de Estado da Fazenda;  
XV - apurar a participação dos municípios no produto da arrecadação dos tributos, nos termos previstos em lei;

XVI - pronunciar-se em processos de inventários, arrolamentos e separações sobre o valor de bens e de direitos a eles relativos, bem como representar a Secretaria da Fazenda, como assistente técnico, nas avaliações judiciais contraditórias;  
XVII - efetuar a estimativa do valor dos bens, inclusive a contraditória, para fins de apuração da base de cálculo dos tributos estaduais e de garantias;  
XVIII - promover estudos e propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação da legislação tributária estadual, bem como efetuar sua consolidação;  
XIX - preparar e julgar os processos administrativos, em primeira instância, de pedidos de restituição de qualquer receita pública de competência do Estado;  
XX - celebrar ajustes, protocolos e outros acordos, bem como prestar assessoramento nas proposições de convênios, a serem firmados com pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, de acordo com a competência definida nas normas vigentes;  
XXI - preparar informações a serem prestadas em mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade em exercício na Secretaria da Fazenda, relativamente aos tributos estaduais;  
XXII - prestar apoio técnico aos órgãos de defesa judicial do Estado e aos demais órgãos e poderes do Estado, inclusive prestando assistência técnica em perícias judiciais relacionadas com matéria de sua competência;  
XXIII - prestar assessoramento à Administração Indireta na área de sua competência;  
XXIV - orientar e supervisionar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas no âmbito da administração tributária estadual;  
XXV - executar os procedimentos de formação e instrução de auto de notícia-crime nos crimes praticados contra a ordem tributária;  
XXVI - celebrar ajustes, protocolos e outros acordos com órgãos e entidades da administração municipal, estadual, federal e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades e realização de operações conjuntas, de acordo com a competência definida nas normas vigentes;  
XXVII - realizar auditorias nos agentes arrecadadores, cartórios de registros de imóveis e tabelionatos, nas atividades que envolvam a administração tributária estadual;  
XXVIII - planejar, programar, orientar, coordenar, executar, supervisionar e controlar as atividades setoriais de administração tributária estadual;  
XXIX - decidir sobre pedidos de moratória e de parcelamento de créditos tributários e não-tributários;  
XXX - exercer outras atribuições ou encargos que lhe sejam correlatos.

Parágrafo único. Além das funções institucionais referidas neste artigo, compete à Receita Estadual:  
I - elaborar sugestão de proposta orçamentária do órgão a ser encaminhada ao Secretário de Estado da Fazenda;  
II - gerenciar as despesas da sua unidade orçamentária;  
III - submeter ao Secretário de Estado da Fazenda a política de seleção e capacitação de recursos humanos.

Art. 3.º A Receita Estadual terá recursos prioritários e suficientes para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastro e de informações fiscais, cabendo-lhe:  
I - praticar atos próprios de gestão;  
II - elaborar a proposta de sua estrutura organizacional;  
III - propor o regimento interno necessário ao seu funcionamento;  
IV - realizar, com exclusividade, Processo Administrativo-Disciplinar dos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado em exercício no Órgão;  
V - exercer outras competências que lhe sejam próprias.

Parágrafo único. Fica assegurada autonomia funcional aos integrantes da carreira de que trata o art. 10 desta Lei Complementar.

Art. 4.º A Receita Estadual será dirigida pelo Subsecretário da Receita Estadual, designado dentre os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado ativos com mais de 8 (oito) anos de exercício no cargo.

Parágrafo único. O Subsecretário da Receita Estadual tomará posse em sessão pública e solene.

CAPÍTULO II  
DA ORGANIZAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL

Art. 5.º A Receita Estadual terá uma organização básica que contemple as funções de tributação, arrecadação e fiscalização, com a seguinte estrutura:  
I - Gabinete da Receita Estadual;  
II - Conselho Superior;  
III - Órgãos de Execução;  
IV - Órgãos de Execução Direta.

Parágrafo único. São vinculados à Receita Estadual o quadro de pessoal efetivo de Agente Fiscal do Tesouro do Estado e o quadro de pessoal efetivo de Técnicos do Tesouro do Estado.

CAPÍTULO III  
DAS ATRIBUIÇÕES DO SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL

Art. 6.º Ao Subsecretário da Receita Estadual compete, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas:  
I - dirigir a Receita Estadual;  
II – propor ao Secretário de Estado da Fazenda a estrutura básica do Órgão e suas alterações;  
III - aplicar penalidades disciplinares aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado em exercício no Órgão, na forma desta Lei Complementar;  
IV - apresentar relatório anual das atividades da Receita Estadual ao Secretário de Estado da Fazenda;  
V - elaborar, com o objetivo de assegurar a transparência das contas públicas, o Demonstrativo das Desonerações Fiscais, documento integrante da Proposta Orçamentária Anual;  
VI - expedir atos normativos, na área de sua competência.

CAPÍTULO IV  
DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 7.º O Conselho Superior terá a seguinte composição:  
I - Subsecretário da Receita Estadual, que exercerá a presidência;  
II - Subsecretários Adjuntos da Receita Estadual;  
III - 3 (três) membros, Agentes Fiscais do Tesouro do Estado no efetivo exercício de suas funções, pertencentes ao último nível da carreira, indicados pelo Subsecretário da Receita Estadual.  
IV - 4 (quatro) membros, Agentes Fiscais do Tesouro do Estado no efetivo exercício de suas funções e pertencentes ao último nível da carreira, escolhidos em processo eleitoral pelos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado em efetivo exercício na Receita Estadual, para um mandato de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. No impedimento do Subsecretário da Receita Estadual, assumirá a presidência do Conselho o seu substituto legal.

Art. 8.º Compete ao Conselho Superior:  
I - elaborar o seu regimento interno;  
II - pronunciar-se sobre o desempenho de integrante da carreira que esteja cumprindo estágio probatório;  
III - reexaminar matérias conflitantes com vistas a manter a unidade de orientação do Órgão;  
IV - pronunciar-se sobre alterações na estrutura do Órgão;  
V - manifestar-se sobre a concessão de licença para qualificação profissional;  
VI - manifestar-se sobre o exercício de Agentes Fiscais dos Tesouro do Estado e de servidores da Receita Estadual, em funções externas;  
VII - exercer funções de consultoria, no âmbito da Receita Estadual, em matéria de ética funcional e de normas disciplinares;  
VIII - pronunciar-se nos Processos Administrativo-Disciplinares em que Agente Fiscal do Tesouro do Estado, em exercício na Receita Estadual, figure como indiciado, após o relatório e antes do julgamento;  
IX - expedir, após aprovação do Subsecretário da Receita Estadual, provimentos visando à simplificação e ao aprimoramento dos serviços da Receita Estadual;  
X - exercer outras atividades, sempre que solicitado pelo Subsecretário da Receita Estadual.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no inciso VIII quando o relatório da comissão de sindicância indicar a aplicação de penalidade prevista no inciso III do art. 121.

CAPÍTULO V  
DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO E DE EXECUÇÃO DIRETA

Art. 9.º São Órgãos de Execução da Receita Estadual aqueles com funções de coordenação, administração, integração ou especializadas em razão da matéria.

Art. 10. A constituição do crédito tributário pelo lançamento compete exclusivamente ao Agente Fiscal do Tesouro do Estado.